



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.



3.ª Edição, número 1, fevereiro de 2024



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Os Fundos Europeus mais próximos de si.

Atividades do Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para 2024

As alterações climáticas configuram o grande desafio do século XXI, sendo Portugal dos países europeus com maior vulnerabilidade aos seus impactos, estando potencialmente sujeito a fenómenos como as secas, incêndios florestais, erosão costeira, cheias e inundações.

As alterações climáticas já tiveram e continuarão a ter efeitos prejudiciais na saúde humana, na segurança e saúde no trabalho e nas condições de trabalho.

De acordo com o último relatório do PIAC – Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas - as condições de trabalho serão cada vez

mais afetadas pelas significativas mudanças nos padrões meteorológicos, com o aumento da exposição a altas temperaturas no local de trabalho a exacerbar os riscos de insolação, desidratação, fadiga, falta de concentração e complicações nas doenças crónicas.

Tendo em conta os impactos negativos nos empregos e no mercado de trabalho, assim como as condições em que o trabalho é realizado, torna-se fundamental que se mitiguem os mesmos. Há alguns setores específicos que serão mais afetados, nomeadamente a agricultura e a floresta, mas também a pesca, a energia, construção, transportes ou turismo.

A probabilidade da ocorrência de eventos extremos pode afetar também o setor financeiro e a indústria transformadora, pela dependência direta face a setores mais afetados.

A economia verde introduzirá novas tecnologias e processos construtivos no mundo do trabalho acompanhada das transformações que temos vivido neste momento atípico das nossas vidas, fruto da pandemia provocada pelo Sar-Cov-2.

Esta adaptação forçada que todos tivemos de fazer, apenas acelerou algumas das medidas constantes nas estratégias e nos planos para a proteção do ambiente. Para que os empregos verdes sejam realmente sustentáveis, temos de garantir que proporcionam as condições de trabalho e que a Segurança e Saúde dos trabalhadores que neles desenvolvem atividade, seja devidamente assegurada.

Alertamos para os perigos que os trabalhadores dos empregos verdes poderão enfrentar. Além dos riscos tradicionais, a exposição a riscos profissionais ainda não conhecidos, identificados e avaliados.

É por este motivo, que é fundamental assegurar que os empregos verdes permitam a integração de estratégias de prevenção a montante, concebidas de forma a prever, identificar, avaliar e controlar os perigos e riscos destas atividades.

A UGT deve, ainda, realçar a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de **diálogo social**.

Ciente desta necessidade, o Departamento de ADS pretende, no decorrer de 2024, continuar a desenvolver iniciativas que promovam o **envolvimento dos sindicatos filiados na UGT na reflexão sobre o futuro do trabalho, face às medidas de mitigação das alterações climáticas.**

Considerando os compromissos assumidos pela União Europeia com a assinatura do Acordo de Paris (2015) e em consolidação do mesmo solicitou aos Estados-membros a elaboração dos respetivos Planos Integrados de Energia e Clima (PNEC2030), assim como o Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050) importa **refletir sobre as alterações e consequências que os locais de trabalho sofrerão, afetando diretamente os trabalhadores e trabalhadoras.**

Envolver os trabalhadores na transição justa, nos compromissos da descarbonização, da energia e clima, para tanto é necessário informar e sensibilizar todos para as alterações que a nossa sociedade enfrentará tornando-os mais esclarecidos.

Na prossecução destes objetivos pretendemos levar a cabo as seguintes atividades:

- **Desenvolver duas Mesas Redondas de reflexão sobre ADS em formato online;**
- **Promover a realização de um Estudo sobre o impacto ambiental no mercado de trabalho.**

Os países da UE estão empenhados em assegurar que a UE tenha um impacto neutro no clima até 2050.

A transição para uma sociedade e uma economia com impacto neutro no clima é simultaneamente um desafio urgente – dado o número crescente de fenómenos meteorológicos extremos – e uma oportunidade para criar novos postos de trabalho e oportunidades económicas.

A transição ecológica é também um passo necessário para reduzir as dependências energéticas da UE.

A substituição dos combustíveis fósseis por formas mais limpas de energia reduzirá as emissões de gases com efeito de estufa da UE e tornará a UE menos dependente do gás russo.

O Conselho da UE está atualmente a trabalhar em novas regras que visam reduzir as emissões da UE em, pelo menos, 55 % até 2030 (em comparação com 1990), com o chamado pacote Objetivo 55.

Fonte: UE

EM GRANDE DESTAQUE

Posições dos Parceiros Sociais sobre temas relacionados com os Acordos Ecológicos



Imagem com DR

CSI exige programa de trabalho inclusivo sobre transição justa na COP28

Nas negociações climáticas da UNFCCC COP27 em 2022, os governos decidiram estabelecer um programa de trabalho sobre transição justa (Programa transição justa) para discutir caminhos no sentido de alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

Na COP28, no Dubai, a CSI exigiu que fosse adotada uma decisão sobre a implementação do Programa transição justa. Para tal, **a CSI propôs a seguinte definição** de **transição justa**:

- Uma que garanta o futuro e os meios de subsistência dos trabalhadores e das suas comunidades durante a transição para alcançar aumentos da temperatura global contidos dentro de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.
- Devem ser criados planos de transição justa com os trabalhadores e os seus sindicatos para proporcionar e garantir trabalho digno, proteção social, oportunidades de formação e segurança no emprego para todos os trabalhadores afetados pelo aquecimento global e pelas políticas relativas às alterações climáticas.
- Estes planos devem apoiar-se nos direitos laborais fundamentais da liberdade de associação e da negociação coletiva e ser facilitados pelo diálogo social entre os trabalhadores e os seus sindicatos, empregadores e governos, tal como estabelecido pela OIT.
- Uma transição justa exige garantias de equidade intra e intergeracional; igualdade entre homens e mulheres; justiça racial; respeito aos direitos dos povos indígenas, comunidades que sofram impacto e migrantes; e a promoção e proteção dos direitos humanos e dos direitos laborais fundamentais da OIT.

A CSI exigiu que a decisão sobre o Programa transição justa na COP28 incluisse as seguintes prioridades:

- O Programa de Transição Justa (PTJ) deve ter um mandato autónomo centrado na dimensão da mão de obra da transição justa.
- O seu âmbito deve incluir todos os setores relevantes (energia, agricultura, transportes, etc.) e ter em conta todas as dimensões socioeconómicas da crise climática e os seus impactos nos trabalhadores e nas comunidades, incluindo uma forte ênfase na dimensão de género e no papel dos povos indígenas.
- O PTJ deverá incluir um sistema de acompanhamento anual e de apresentação de relatórios, apoiado por um comité de peritos com representantes dos parceiros sociais e das partes interessadas pertinentes.
- As orientações sobre a implementação do PTJ deverão ser fornecidas através de mesas redondas ministeriais anuais de alto nível sobre transição justa.

IndustriAll Europe e Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes apelam conjuntamente a uma transição justa

As duas federações sindicais europeias **manifestam o seu apoio** aos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, mas têm insistido que a transformação das indústrias deve ser justa e equitativa. Formularam uma série de exigências concretas destinadas a assegurar o reequilíbrio das políticas, a fim de melhor ter em conta as dimensões social e de emprego das mudanças em curso.

Entre as suas principais exigências à Comissão Europeia contam-se as seguintes:

Reconhecer a importância estratégica dos transportes e da mobilidade como um serviço essencial para a sociedade e a economia.

- Desenvolver uma estratégia industrial proativa para o ecossistema de mobilidade, em conjunto com os parceiros sociais.
- Estabelecer um verdadeiro diálogo com os parceiros sociais em preparação para o objetivo de descarbonização para 2040.
- Incluir um quadro de transição justa e financiamento adequado para o ecossistema de mobilidade no seu próximo programa de trabalho.
- Criar um Observatório Europeu da Transição Justa para acompanhar a implementação de todas as políticas e medidas relacionadas com o Pacto Ecológico Europeu.
- Apresentar um quadro jurídico da UE para a antecipação e gestão de uma transição justa a nível das empresas, incluindo regras obrigatórias para a informação, consulta e participação atempadas e de qualidade dos sindicatos e dos representantes dos trabalhadores a todos os níveis.
- Utilizar as condicionalidades sociais relativas aos fundos públicos e aos recursos da UE para investir na formação, reconversão e melhoria de competências dos trabalhadores, a fim de garantir as competências necessárias para a transição verde e digital.
- Promover e reforçar o diálogo social e a negociação coletiva a todos os níveis (UE, nacional, setorial, regional e empresarial).

A CES apoia o sindicato sueco IFMetall na sua exigência de condições de trabalho mais justas através de um acordo coletivo para os trabalhadores da Tesla

A IF Metall tem vindo a negociar com a Tesla há muito tempo, mas a Tesla recusou-se a assinar um acordo coletivo, violando princípios fundamentais do mercado de trabalho sueco, e a IF Metall foi forçada a iniciar uma greve.

A CES sublinhou que os acordos coletivos são a base do modelo de mercado de trabalho sueco e nórdico, acrescentando que a concorrência desleal só traz prejuízos e condições de trabalho precárias.

Vários sindicatos suecos e nórdicos anunciaram uma ação de solidariedade em apoio da FI Metall e para defender o direito a acordos coletivos. A CES manifestou a sua solidariedade para com os trabalhadores suecos, sublinhando que esta não é apenas uma luta para

os trabalhadores da Tesla na Suécia, mas uma luta crucial pelo direito à greve e pelo direito aos acordos coletivos.

A CES apela à Tesla para que respeite os direitos fundamentais no trabalho e reconheça o modelo de mercado de trabalho sueco. É hora de assinar um acordo coletivo.

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

ARTIGO DE OPINIÃO EM DESTAQUE

A necessidade urgente de regular o calor no trabalho

Marian Schaapman, investigadora da ETUI, dedicou especial atenção à temática da exposição ao calor no trabalho, na última Revista HesaMag_28. Pela pertinência da temática, ainda mais quando enfatiza a necessidade de incluir as preocupações em matéria de SST desde o início em qualquer processo de transição ecológica, procedemos à sua tradução e divulgação nesta Newsletter.

Não são apenas as alterações climáticas que implicam riscos diretos e indiretos de SST para os trabalhadores, mas também a transição verde.

Devemos continuar a analisar e a cartografar estes riscos, a fim de sensibilizar para a necessidade de incluir as preocupações em matéria de SST em qualquer processo de transição ecológica.

No entanto, a necessidade de obter uma imagem mais completa não deve impedir-nos de tomar medidas diretas relativamente aos riscos relacionados com o clima cujo impacto na saúde e segurança dos trabalhadores já é cristalino.

O primeiro deles, sem dúvida, é o stresse térmico. Sabemos o que está em jogo. Não só 2023 foi o ano mais quente alguma vez registado em todo o mundo, como também houve alguns desenvolvimentos alarmantes que preocupam a Europa em particular.

Em 2022, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) alertou que "a Europa é o aquecimento mais rápido de todas as regiões da OMM, aquecendo duas vezes mais do que a média global desde a década de 1980". No mesmo ano, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) declarou: "As ondas de calor [...] são responsáveis por 86-91% das mortes causadas por eventos extremos relacionados com o clima e o tempo nos países membros da AEA".

Mais recentemente, num relatório de 2023, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas enumerou os principais riscos climáticos para a Europa. O número um foi definido como: "Riscos de mortalidade humana e stresse térmico, e de ruturas do ecossistema devido a valores extremos de calor e aumentos nas temperaturas médias".

Além disso, as muitas mortes atribuídas ao calor (16.000 em 2022) são apenas as mortes relatadas – o quadro seria ainda mais devastador se os números sobre doenças profissionais relacionadas ao calor também fossem levados em conta.

Trata-se de doenças diretamente causadas pelo calor, como a exaustão térmica e a insolação, sendo esta última uma condição muito grave e potencialmente fatal.

No entanto, não é apenas a doença causada por impacto direto que deve ser considerada. O calor também pode ser a causa indireta de uma grande variedade de doenças cardiovasculares, respiratórias e outras, e tem um efeito comprovado na fertilidade masculina e feminina, na duração da gravidez, no desenvolvimento fetal e na lactação.

Portanto, o calor no trabalho é uma questão que precisa ser abordada urgentemente. E, embora a «prevenção na fonte» possa não ser possível (atualmente não somos capazes de atenuar o poder do sol), os princípios de prevenção da SST, tal como formulados na Diretiva-Quadro SST, são perfeitamente adequados para serem aplicados neste contexto.

A exposição ao calor no trabalho é, de facto, relativamente simples de regular.

Como? Em primeiro lugar, através do estabelecimento de «valores-limite de ação» – que indicam quando o nível de calor, em relação à intensidade do trabalho, exige a aplicação de medidas de proteção – e de «valores-limite de exposição» – que indicam a que nível de calor o trabalho deve ser totalmente interrompido.

No entanto, a fixação de valores-limite de ação/exposição profissional é mais complicada do que ter apenas em conta a temperatura do ar. A este respeito, o **Índice de Bulbo Úmido e Temperatura de Globo** provou ser um indicador eficaz de stresse térmico, uma vez que, além da temperatura do ar, também tem em conta a velocidade do vento, a humidade e/ou a radiação solar.

Em segundo lugar, deve ser estabelecido um sistema de medidas necessárias a serem tomadas no caso de esses valores-limite serem atingidos.

Estas podem incluir a adaptação do horário de trabalho (escalonamento e/ou encurtamento), a introdução de pausas mais frequentes e mais longas, permitindo aos trabalhadores tomar a decisão de quando precisam fazer pausas, e o fornecimento de sombra, água e equipamentos ou roupas para arrefecimento do corpo.

No entanto, este sistema de proteção não pode ser deixado ao critério de empresas individuais. E, embora vários Estados-Membros disponham de regulamentação sobre o calor (e estes sistemas podem ser tomados como ponto de partida), deve ser estabelecido um quadro legislativo da UE especificamente dedicado à regulamentação do calor, aplicável a todos os trabalhadores na Europa. Esta é a forma mais adequada de regular a exposição profissional ao calor.

A Diretiva-Quadro SST não é suficiente para garantir a proteção dos trabalhadores contra o calor, uma vez que carece dos pormenores técnicos necessários para aplicar as medidas adequadas, bem como dos valores-limite em que essas medidas se baseiam.

Fazer uma avaliação dos riscos sem ter em conta os valores-limite que são cientificamente recomendados e elaborar um plano de ação sem uma lista

clara de requisitos mínimos seria agir no escuro.

Conduziria não só a uma proteção inadequada dos trabalhadores, mas também a diferenças inaceitáveis de proteção entre setores e Estados-Membros. A Diretiva relativa aos requisitos mínimos para os locais de trabalho é igualmente inadequada para tal tarefa, a menos que o seu âmbito fosse alargado a todos os trabalhadores, o que não é atualmente o caso.

Com efeito, esta diretiva exclui certas categorias de trabalhadores fortemente expostos ao calor, como os trabalhadores agrícolas e da construção. Por conseguinte, a fim de garantir uma cobertura «horizontal» em todos os setores, o estabelecimento de uma diretiva específica seria a melhor opção para proporcionar um quadro legislativo geral.

Este aspeto deve ser tido em consideração pelo Comité Consultivo da UE para a Segurança e a Saúde no momento da criação do seu grupo de trabalho sobre SST e alterações climáticas em 2024.

A boa notícia é que a questão do calor como risco profissional já foi formulada como uma primeira prioridade a ser abordada pelo Comité até ao final do ano. Esperemos que apresente soluções robustas.

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Conteúdos de Referência Internacional

ONU

ONU celebra o primeiro Dia Internacional da Energia Limpa



Imagem com DR

No passado dia 26 de janeiro de 2024, Secretário-Geral da ONU destacou a transição energética como um processo “imparável”, pedindo ação governamental para o acelerar, refutando que as energias limpas são fundamentais para enfrentar o “caos

climático”, economizar dinheiro e garantir o acesso à eletricidade para todos os cidadãos até 2030.

No passado dia 26 de janeiro, as Nações Unidas assinalaram o primeiro **Dia Internacional da Energia Limpa**. Nesta mensagem para assinalar a data, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, destacou que a transição energética é “imparável” e que os governos devem agir para acelerar esse processo.

Para o responsável das Nações Unidas, “as energias limpas têm um potencial inesgotável”, podendo responder à necessidade de assegurar que milhões de pessoas tenham acesso a fontes energéticas e atingindo o objetivo de que todos tenham eletricidade até 2030.

Caos climático

Guterres ressalta que além de economizar dinheiro, as fontes limpas de energia são fundamentais para salvar o planeta. Ele adiciona que a transição justa, equitativa e urgente dos combustíveis fósseis é essencial para evitar o pior do “caos climático e estimular o desenvolvimento sustentável”.

Na primeira celebração da data, o secretário-geral da ONU elogiou o trabalho da Agência Internacional para as Energias Renováveis e o apelo de países durante a Cúpula do Clima, COP28, para triplicar a capacidade a partir de energias renováveis até 2030.

Guterres afirma que deve haver mais financiamento climático para que os objetivos sejam atingidos.

Para ele, os países ainda devem criar planos climáticos nacionais até 2025 que mapeiem uma transição justa e equitativa para as energias limpas e fechar “a porta da era dos combustíveis fósseis – com justiça e equidade”.

Contexto

O Dia Internacional da Energia Limpa foi declarado pela Assembleia Geral como forma para aumentar a conscientização e mobilizar ações para uma transição justa e inclusiva para a energia limpa, em benefício das pessoas e do planeta.

O dia 26 de janeiro também é a data de fundação da Agência Internacional de Energia Renovável. A agência intergovernamental global foi criada em 2009 para apoiar os países nas suas transições energéticas, servir como uma plataforma de cooperação internacional e fornecer dados e análises sobre tecnologia, inovação, política, finanças e investimentos em energia limpa.

Fonte: ONU News

COP28 terminou com apelo à “transição” dos combustíveis fósseis



Imagem com DR

O Secretário-Geral da ONU afirmou que a eliminação progressiva do principal fator causador das alterações climáticas é "inevitável"; o tema foi citado pela primeira vez numa declaração final; negociadores concordaram em triplicar a capacidade de energias renováveis e duplicar eficiência energética até 2030.

As nações reunidas na 28ª Cúpula do Clima da ONU, COP28, no Dubai, aprovaram em dezembro um **roteiro para a "transição dos combustíveis fósseis"**, a primeira vez que isso ocorre neste tipo de conferência. No entanto, o acordo ainda não atende aos repetidos apelos por uma "eliminação progressiva" do petróleo, carvão e gás.

Anos de bloqueio

Reagindo à adoção do documento final, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, afirmou que a menção ao principal fator causador das alterações climáticas surge após muitos anos de bloqueios à discussão desta questão. Enfatizou que a era dos combustíveis fósseis deve terminar com justiça e equidade.

Para aqueles que se opuseram a uma referência clara à eliminação progressiva dessa fonte de emissão de gases do efeito estufa no texto da COP28, Guterres disse que "a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis é inevitável, gostem ou não. Esperemos que não chegue tarde demais", acrescentou ele.

A COP28 estava programada para terminar na terça-feira, mas intensas negociações durante a noite sobre se o resultado incluiria um apelo à "redução gradual" ou "eliminação gradual" do aquecimento do planeta por meio da exploração de petróleo, gás e carvão forçou a extensão da conferência.

Este foi o principal ponto de conflito que coloca ativistas e países vulneráveis e oposição a nações mais desenvolvidas.

"A ciência é clara"

Na sua declaração, Guterres disse que a ciência é clara: limitar o aquecimento global a 1,5°C, uma das metas fundamentais estabelecidas

no marco histórico do Acordo de Paris de 2015, “será impossível sem a eliminação gradual de todos os combustíveis fósseis”.

Os negociadores da COP28 também concordaram num conjunto de compromissos para triplicar a capacidade das energias renováveis e duplicar a eficiência energética até 2030, além de terem realizado progressos em relação à adaptação e ao financiamento.

De acordo com o Secretário-Geral, os avanços incluem a operacionalização do Fundo para Perdas e Danos, embora os compromissos financeiros sejam muito limitados.

A melhor esperança da humanidade

O chefe das Nações Unidas sublinhou que é necessário muito mais para proporcionar justiça climática àqueles que estão na linha da frente da crise. Segundo ele, “muitos países vulneráveis estão afogados em dívidas e em risco de submergirem com a subida dos mares. É hora de um aumento nas finanças, inclusive para adaptação, perdas e danos e reforma da arquitetura financeira internacional.”

Guterres afirmou que o mundo não pode permitir “atrasos, indecisão ou meias medidas” e insistiu que “o multilateralismo continua sendo a melhor esperança da humanidade”.

“Uma tábua de salvação, não uma linha de chegada”

O secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Unfccc, afirmou que a COP28 teve “progressos reais”, mas os anúncios em Dubai são “uma tábua de salvação para a ação climática, não uma linha de chegada”.

Simon Stiell disse que o Balanço Global, que visa ajudar as nações a alinhar os seus planos climáticos nacionais com o Acordo de Paris revelou que o progresso não é suficientemente rápido, mas está “inegavelmente” a ganhar ritmo.

Em Dubai, Stiell afirmou que a COP28 precisava mostrar uma interrupção decisiva no principal problema climático da humanidade: os “combustíveis fósseis e a poluição que afeta o planeta”.

Segundo ele, “este acordo é um ponto de partida ambicioso, não um teto. Portanto, os próximos anos serão cruciais para continuar a aumentar a ambição e a ação climática”.

O que mais aconteceu na COP28?

- O Fundo para Perdas e Danos, concebido para apoiar os países em desenvolvimento que são vulneráveis ao clima, ganhou vida no primeiro dia da COP28. Os países prometeram centenas de milhões de dólares para a iniciativa.
- Foram feitos compromissos no valor de US\$ 3,5 bilhões para repor os recursos do Fundo Verde para o Clima.
- Ocorreram novos anúncios totalizando mais de US\$ 150 milhões para o Fundo dos Países Menos Desenvolvidos e o Fundo Especial para Mudanças Climáticas.

- Um aumento anual de US\$ 9 bilhões por parte do Banco Mundial para financiar projetos relacionados com o clima de 2024 a 2025.
- Quase 120 países apoiaram a Declaração sobre Clima e Saúde para acelerar ações para proteger as pessoas dos crescentes impactos climáticos.
- Mais de 130 países assinaram a Declaração COP28 sobre Agricultura, Alimentação e Clima para apoiar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, combater as alterações climáticas.
- O Global Cooling Pledge foi endossado por 66 países para reduzir as emissões relacionadas ao resfriamento em 68% a partir de hoje.

Próximas conferências

A próxima rodada de planos nacionais de ação climática, ou Contribuições Nacionalmente Determinadas, está prevista para 2025, momento em que se espera que os países tenham reforçado seriamente as suas ações e compromissos.

O Azerbaijão foi anunciado como anfitrião oficial da COP29, de 11 a 22 de novembro de 2024. O Brasil se ofereceu para sediar a COP30 na Amazônia em 2025.

Reações mistas

Apesar dos inúmeros aplausos no plenário, nem todas as delegações ficaram satisfeitas com o resultado das negociações sobre o clima. Os representantes da sociedade civil e os ativistas climáticos, bem como as delegações dos pequenos países insulares em desenvolvimento, ficaram visivelmente descontentes com o resultado.

A representante samoana e negociadora principal da Aliança dos Pequenos Estados Insulares, Anne Rasmussen, ressaltou que a decisão foi tomada durante a sua ausência na sala plenária, uma vez que o seu grupo ainda estava coordenando uma resposta ao texto.

Ela lamentou que não possam "dar-se ao luxo de regressar às suas ilhas com a mensagem de que este processo falhou".

Rasmussen lamentou a falta de "correção de rumo" e expressou decepção com o "avanço incremental em relação aos status quo, quando o que realmente importava era uma "mudança exponencial".

Logo após a divulgação do documento final, o chefe de estratégia política global da Rede Internacional de Ação Climática, Harjeet Singh, disse à ONU News que a resolução "está marcada por lacunas que oferecem à indústria dos combustíveis fósseis inúmeras rotas de fuga, dependendo de tecnologias não comprovadas e inseguras".

Fonte: ONU News

COMISSÃO EUROPEIA

O novo programa de trabalho da Comissão: o que podemos esperar e o que não podemos



Imagem com DR

A 17 de outubro de 2023, a Comissão Europeia publicou o seu [**programa de trabalho para 2024**](#), intitulado «Delivering today and preparing for tomorrow». No entanto, o programa contém apenas um número limitado de novas iniciativas que visam «cumprir os compromissos existentes ou responder a desafios emergentes».

No que diz respeito ao Pacto Ecológico Europeu, a ênfase é agora colocada na sua implementação, enquanto o compromisso com a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável continuará a ser uma bússola central para várias políticas.

As principais áreas de destaque, para citar algumas, incluem a salvaguarda da segurança alimentar a curto e médio prazo; promover ações no domínio da economia circular que, até à data, têm progredido lentamente; prosseguir as iniciativas em matéria de preservação da biodiversidade e dos ecossistemas ameaçados; a implementação do plano de ação para uma poluição zero; e incentivar a resiliência hídrica.

Salienta-se que são necessários acordos rápidos sobre as restantes propostas no âmbito do Pacto Ecológico Europeu para concretizar a Agenda Verde.

O programa de trabalho da Comissão salienta, igualmente, a necessidade de assegurar uma transição justa, inteligente e inclusiva, «não deixando ninguém para trás», tendo esta última sido, até à data, insuficientemente aberta no que respeita às várias vulnerabilidades que a transição ecológica e as políticas relacionadas com o clima acarretarão.

A este respeito, o anúncio de futuros diálogos ecológicos com os cidadãos para os envolver no processo parece promissor. Do mesmo modo, os diálogos sobre uma transição limpa com a indústria e os parceiros sociais poderiam servir de plataforma para levantar as vozes, muitas vezes inéditas, dos representantes dos trabalhadores do mundo do trabalho.

No entanto, também é importante avaliar em que medida esses diálogos levarão a objetivos concretos na busca de políticas de transição justa para o futuro.

O que é evidente é que, tendo em conta as próximas eleições europeias e o potencial crescente em vários Estados-Membros para um retrocesso contra as políticas de transição verde, é indispensável um maior envolvimento com os cidadãos na tentativa de implementar o programa de trabalho final da atual Comissão.

Fonte: ETUI

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#)

OIT

Orientações sobre o Diagnóstico do Emprego Verde para a Transição Justa

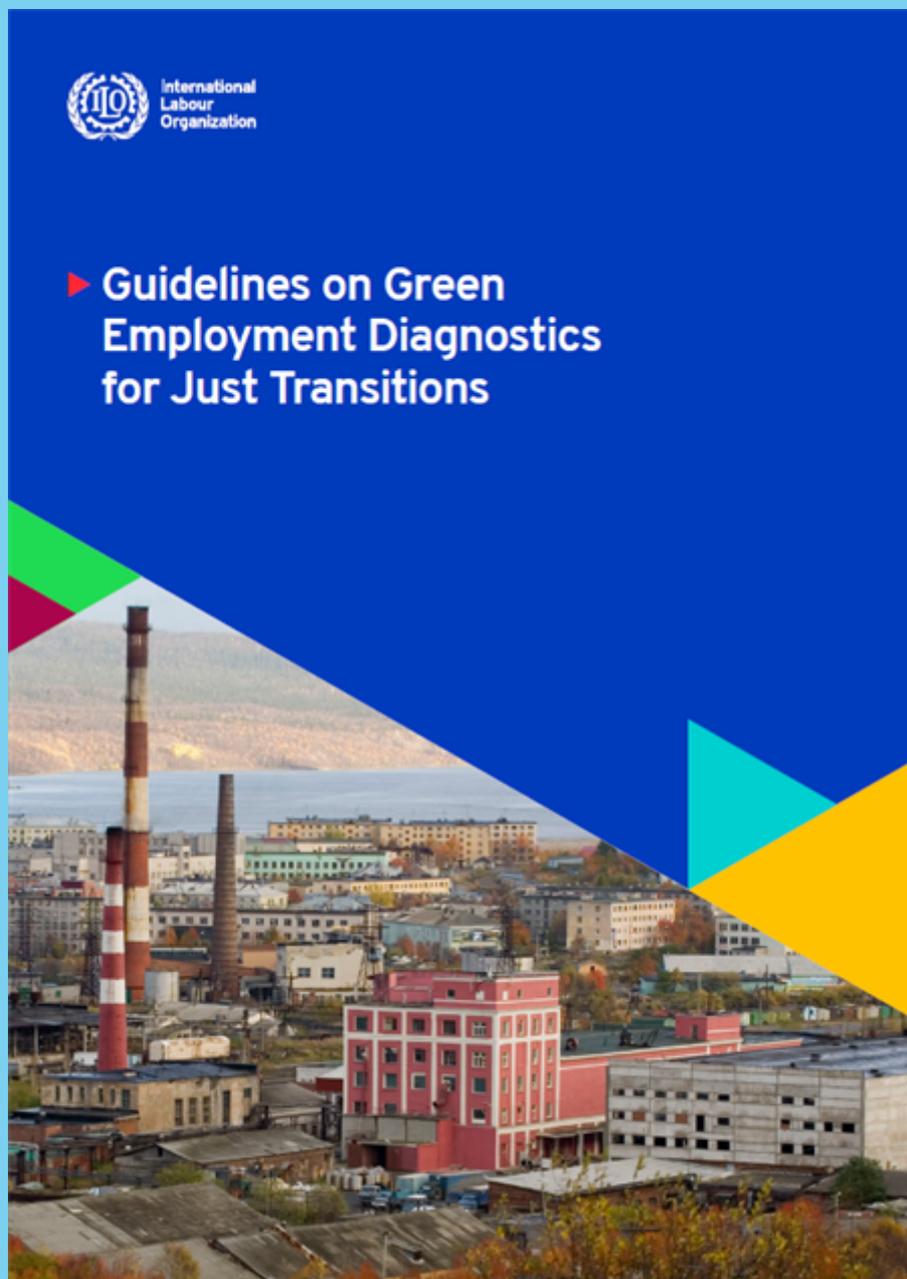


Imagem com Dr

Apoiar os países a compreender e a responder às oportunidades e ameaças colocadas pelas alterações climáticas, bem como respostas políticas para promover transições justas.

As alterações climáticas são, sem dúvida, o desafio mais premente que o mundo enfrenta atualmente, com efeitos de longo alcance nas economias e nos mercados de trabalho, especialmente nos países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, os esforços políticos para reorientar a economia para longe da produção intensiva em carbono têm impacto nos mercados de trabalho, tanto através da criação de emprego, como da sua destruição.

A compreensão destas interações complexas entre o mercado de trabalho e as medidas relativas às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental exige a utilização de uma série de fontes de dados e metodologias para construir uma análise que possa servir os decisores políticos e outras partes interessadas.

Para alcançar este objetivo, a OIT, em colaboração com a Genesis Analytics, co-desenvolveu estas diretrizes para a realização de diagnósticos sobre o emprego verde a nível nacional, apoiando o objetivo de serem realizadas transições justas.

As orientações, complementadas por um quadro abrangente da OIT para o diagnóstico do emprego, visam melhorar a compreensão da interação entre o ambiente, a economia e o emprego, capacitando os componentes da OIT para identificar tendências, restrições e oportunidades relacionadas com os impactos das alterações climáticas no mercado de trabalho.

Fonte: ETUI

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

Trabalho infantil e alterações climáticas

Alterações climáticas afetam profundamente o trabalho infantil, conclui investigação da OIT

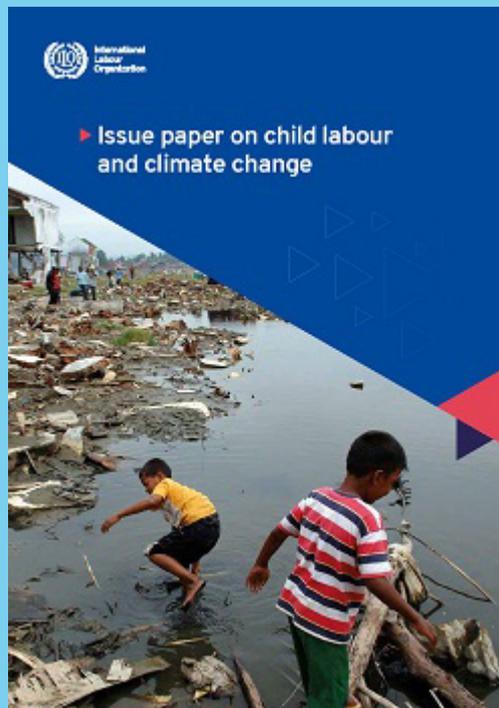


Imagem com DR

O impacto das alterações climáticas nos progressos globais, no sentido de acabar com todas as formas de trabalho infantil, é salientado num novo documento temático da OIT.

De acordo com um novo documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mudanças climáticas estão a multiplicar a incidência do trabalho infantil, particularmente na agricultura, onde 70% de todo o trabalho infantil é encontrado.

O [documento sobre trabalho infantil e alterações climáticas](#) foi divulgado aquando a 14.^a reunião anual da Plataforma da OIT para o Trabalho Infantil (CLP), a principal iniciativa empresarial para erradicar o trabalho infantil nas cadeias de abastecimento.

O documento conclui que as alterações climáticas – e as respostas dos setores público e privado às mesmas – têm um impacto profundo no trabalho infantil e nos progressos no sentido da data limite de 2025 para acabar com todas as formas de trabalho infantil estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

As crianças foram identificadas como um dos grupos populacionais em maior risco devido aos choques sistémicos causados pelas alterações climáticas. O documento analisa a investigação existente e identifica alguns dos principais canais através dos quais as alterações climáticas e as respostas às alterações climáticas estão ligadas ao trabalho infantil.

Conclui que o aumento da pobreza é, provavelmente, o elo mais importante entre as alterações climáticas e o trabalho infantil. Os danos causados pelas alterações climáticas estão a afetar significativamente os meios de subsistência e as condições de vida, empurrando mais

peças para a pobreza, degradando as circunstâncias daqueles que já são pobres e vulneráveis.

Há evidências de que essas condições induzem as famílias a depender mais do trabalho infantil, diz o estudo.

Outros canais de impacto importantes que são identificados no documento incluem:

- alterações na produtividade agrícola;
- choques meteorológicos extremos relacionados com o clima;
- migração e conflitos motivados pelo clima;
- questões de saúde e trabalho infantil perigoso; e ainda
- destruição ou degradação das infraestruturas de serviços básicos.

O documento de reflexão conclui também que as respostas políticas podem ter um impacto importante no trabalho infantil e que existe uma necessidade urgente de ter em consideração o trabalho infantil ao planejar ações públicas e privadas para apoiar as economias e sociedades com impacto neutro no clima.

Acima de tudo, isto significa garantir que a ação climática está estruturada de modo a promover os objetivos de redução do trabalho infantil e não tenha consequências negativas indesejadas.

O documento destaca implicações importantes para futuras ações climáticas públicas e privadas, particularmente à medida que o impacto das mudanças climáticas cresce e se intensifica. Por exemplo, as políticas públicas de adaptação às alterações climáticas, tais como: métodos ambientalmente sustentáveis para intensificar a produção agrícola ou regimes de obras públicas para amortecer os choques climáticos, devem ser concebidas de modo a reduzir a dependência das famílias em relação ao trabalho infantil, em vez de criar uma maior procura do mesmo.

Para as empresas, que enfrentam desafios ambientais e de direitos humanos, isso significa garantir que as prioridades ambientais e de direitos humanos estejam razoavelmente alinhadas e se reforcem mutuamente.

O artigo foi apresentado também no [Pavilhão da Transição Justa da OIT](#), na 28.ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP28), que decorreu no Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Fonte: ETUI

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

CES

Metas climáticas sem transição justa são uma "receita para a agitação social"

8 de fevereiro de 2024

É necessária uma Diretiva específica para uma transição justa, no sentido de garantir que o objetivo climático para 2040, anunciado pela Comissão Europeia, possa ser cumprido sem mais agitação social.

Nos próximos 16 anos, a Comissão pretende alcançar uma redução líquida de 90% das emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990.

Os sindicatos apoiam a ação climática, mas a legislação climática já acordada não convence as pessoas nos setores e regiões afetados porque o Pacto Ecológico Europeu ainda não tem em conta os impactos sociais e laborais da transição.

Demasiado estreito

O âmbito do atual Mecanismo de Transição Justa, que se limita às regiões altamente dependentes do carvão, da linhite, da turfa, do xisto betuminoso e das indústrias com utilização intensiva de carbono, é demasiado restrito e não é devidamente financiado.

A Europa não está a conseguir salvaguardar empregos industriais de qualidade. Dados recentes do Eurostat mostram que a produção industrial anual caiu 5,8% em novembro de 2023.

Noutros locais, os governos adotaram planos para resolver a escassez de mão de obra e de competências. Os Estados Unidos, através da Lei de Redução da Inflação, incorporaram condicionalidades significativas nos seus subsídios verdes, obrigando as empresas que procuram créditos fiscais a contratar aprendizes remunerados, a apoiar a sindicalização e o pagamento de salários justos.

A situação é exatamente oposta na UE. Nos trólogos da Lei da Indústria Net Zero, recentemente concluídos, os sindicatos ficaram alarmados ao verem mesmo as referências básicas a empregos de qualidade e aprendizagens da posição do Parlamento Europeu serem retiradas ou efetivamente esvaziadas de sentido.

A Comissão estima que seria necessário um investimento de 1,5 biliões de EUR por ano para atingir o objetivo de 2040. Mas o seu anúncio surge apenas três dias antes do início das negociações finais entre as instituições da UE sobre as novas regras de governação económica.

As regras significariam que apenas quatro Estados-membros seriam capazes de fazer os investimentos necessários para cumprir o compromisso climático da UE, de acordo com uma pesquisa da New Economics Foundation.

Uma mudança de estratégia

As políticas climáticas devem ter simultaneamente em conta os desafios sociais, laborais e industriais da transição. É possível uma política

industrial bem-sucedida e competitiva que respeite tanto as metas de descarbonização juridicamente vinculativas, como o objetivo de intensificar a coesão social e salvaguardar o bem-estar dos cidadãos. Isto só pode ser feito se garantirmos a criação de empregos de qualidade com uma mão de obra qualificada, insistindo em condicionalidades sociais.

Numa reunião com o Vice-Presidente Executivo do Pacto Ecológico Europeu, Maroš Šefčovič, e o Comissário responsável pelo Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, na segunda-feira, 5 de fevereiro, o Secretário Confederal da CES, Ludovic Voet, sublinhou que os objetivos climáticos pré-existent para 2030 são socialmente inadequados para uma redução de 55 % das emissões de CO2.

Aumentar a ambição não pode funcionar sem um quadro político de transição justa que atenda a todas as comunidades afetadas.

«Precisamos de uma Diretiva sobre Transição Justa da UE para antecipar e gerir a mudança de uma forma que não deixe ninguém para trás. Um financiamento adequado, uma política industrial de qualidade e geradora de emprego, condições sociais e a garantia dos direitos dos trabalhadores na transição devem ser componentes fundamentais da nova abordagem da UE», concluiu Ludovic Voet.

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

CSI



Imagem com DR

COP28: Progressos para uma transição justa, mas subsistem grandes lacunas

A CSI congratula-se com a inclusão de referências aos direitos laborais e à proteção social no Programa de Trabalho para uma Transição Justa adotado nas conversações sobre o clima da COP28 e com o reconhecimento do trabalho contínuo realizado pelos sindicatos em todo o mundo para combater as alterações climáticas.

No entanto, a ausência de qualquer referência aos trabalhadores e aos seus sindicatos no principal balanço global da COP28, que acompanha os progressos em países de todo o mundo, é uma omissão significativa e indica a escala do trabalho necessário para garantir a sua inclusão nos próximos anos.

Subsistem lacunas preocupantes na ambição global de manter o aumento da temperatura mundial abaixo de 1,5°C, e a falta de um compromisso global no sentido de colaborar plenamente com os sindicatos na transição para longe dos combustíveis fósseis e noutras áreas vitais da ação climática impedirá o progresso, uma vez que corre o risco de deixar os trabalhadores e as suas comunidades para trás.

Embora a formação do Fundo de Perdas e Danos seja um passo positivo, devem ser envidados esforços para garantir que seja financiado adequadamente para apoiar os países menos ricos a investir em projetos de mitigação que reduzam os impactos do aquecimento global e desfaçam os danos que já estão a ser causados a vidas, meios de subsistência, infraestruturas e biosfera.

O Secretário-Geral da ITUC, Luc Triangle, disse: "Estamos resolutos no que se refere ao nosso compromisso de continuar e aumentar a nossa ação para uma transição justa para um futuro sustentável para a humanidade e o ecossistema."

"Alguns progressos foram feitos nesta COP, no entanto, muito mais precisa ser feito. O facto de certos países continuarem a bloquear qualquer referência a sindicatos no balanço global e noutros locais reflete-se mal nesses países e, mais importante ainda, travará os progressos."

«Os negociadores governamentais sobre o clima reconheceram que é necessária uma referência explícita aos direitos laborais, ao trabalho digno, ao emprego de qualidade e à proteção social. No entanto, deve ser assegurado um financiamento suficiente de forma coerente e as [orientações da OIT para uma transição justa](#), acordadas através de debates tripartidos entre representantes sindicais, governamentais e patronais, têm de ser postas em prática.»

Fonte: CSI

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

ETUI

REFLEXÃO ETUI

A necessidade de um Pacto Azul da UE em 2024



Imagem com DR

Neste ano vamos concentrar-nos mais uma vez na água, um recurso indispensável e crítico para todos os indivíduos e setores industriais, reconhecendo que o acesso à água constitui um direito humano fundamental. Vale a pena recordar que 2023 foi um marco importante com a realização da Conferência da Água da ONU 2023.

Os atuais desafios no domínio da água vão além da água potável e da água para uso doméstico. De acordo com a Comissão Europeia, 40% da população mundial é afetada pela escassez de água, 80% das águas residuais mundiais são "descarregadas" no ambiente sem tratamento e 90% das catástrofes estão relacionadas com a água.

Além disso, alguns argumentam que a transição verde e digital da Europa pode colocar uma pressão adicional sobre os recursos hídricos. Em particular, os setores com utilização intensiva de água devem considerar o seu impacto ambiental, especificamente em termos de utilização da água.

As atuais crises interligadas que afetam a segurança climática, alimentar e energética não serão resolvidas se a da água não for resolvida.

O Comité Económico e Social Europeu respondeu a estes desafios instando as instituições da UE a adotarem um [Pacto Azul da UE abrangente](#): uma política estratégica autónoma para a Europa, destinada a dar resposta aos desafios europeus no domínio da água, com um conjunto de 15 princípios orientadores que devem ser considerados prioritários no âmbito da próxima Comissão Europeia (2024-2029). Estes princípios são os seguintes:

- A nova política europeia da água deve ser alinhada com todas as outras políticas da UE, como foi o caso do Pacto Ecológico da UE. As políticas e ações no âmbito do Pacto Azul devem basear-se em dados atualizados, precisos, transparentes, comparáveis, facilmente acessíveis e fiáveis sobre a água.
- A recuperação e a proteção dos ecossistemas, das zonas húmidas e da biodiversidade devem constituir uma parte essencial do Pacto

Azul.

- A União Europeia deve adotar uma abordagem da água baseada nos direitos humanos e combater a pobreza hídrica, em consonância com o Princípio 20 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O direito a um ambiente saudável deve também ser reconhecido como um direito humano fundamental.
- Os serviços de água, saneamento e higiene devem ser sustentáveis, equitativos, de elevada qualidade e acessíveis para todos. Em caso de crise hídrica, os cidadãos e suas necessidades básicas devem ter prioridade.
- Todos os utilizadores de água deverão ser incentivados a adotar soluções e práticas que apoiem a utilização e o consumo sustentáveis da água.
- A UE deve apoiar o desenvolvimento de tecnologias que permitam a eficiência hídrica, a reciclagem e a redução da poluição, bem como a sua aceitação progressiva pela agricultura, indústria e agregados familiares.
- As perdas de água devidas a fugas nas redes e ao desperdício de água pela agricultura, indústria, agregados familiares e todos os outros utilizadores devem ser significativamente reduzidas.
- A agricultura é uma das principais causas da escassez de água, bem como uma vítima da mesma. A UE deve assegurar, através de um plano estratégico, o acesso a água de qualidade suficiente e a sua gestão sustentável na agricultura, a fim de permitir uma produção alimentar adequada e sustentável na UE.
- Dada a ligação entre energia, água e matérias-primas essenciais, a água deve ser considerada um elemento fundamental da estratégia industrial da UE.
- É necessária uma abordagem industrial sectorial, uma vez que diferentes indústrias têm necessidades e oportunidades diferentes em matéria de água no que respeita à eficiência hídrica. O princípio da ausência de danos tem de ser combinado com o direito de as atividades económicas consumirem água.
- Há que assegurar a disponibilidade de trabalhadores qualificados e especializados e preservar a competitividade das empresas europeias.
- Uma política global da água da UE deve ser acompanhada de um plano de financiamento igualmente ambicioso. Os preços, os custos e os impostos da água devem ser justos e transparentes, com preços baseados no princípio da recuperação total dos custos.
- A UE deve intensificar os seus esforços em matéria de diplomacia azul e a água deve ser integrada na política externa e nas relações

externas da UE, incluindo as políticas de vizinhança, comercial e de desenvolvimento. Os principais objetivos estratégicos da diplomacia azul devem incluir a modernização do quadro do Tratado das Nações Unidas em todas as questões relacionadas com a água e a rápida implementação dos acordos internacionais.

- É imperativo desenvolver políticas internacionais para promover a utilização moderada e eficiente da água em todos os setores da economia e da sociedade, reduzir a poluição das águas subterrâneas e superficiais e restaurar as águas poluídas e degradadas.
- O Pacto Azul da UE exige uma governação adequada dos recursos de água doce, incluindo as águas subterrâneas. O CESE apela a uma abordagem por bacias hidrográficas que envolva todas as partes interessadas. As iniciativas de cooperação transfronteiriça existentes no domínio das bacias hidrográficas deverão ser aprofundadas, desenvolvidas e adequadamente financiadas.

A água é o factor de conexão em todas as crises interligadas, mas não recebeu a atenção que merece. Para a tratar como uma questão urgente que poderá ser resolvida nesta década, é essencial questionar se o próximo Parlamento e a próxima Comissão lhe darão prioridade enquanto tal.

É imperativo integrar as iniciativas governamentais e financeiras, a tecnologia e os papéis dos intervenientes nos sistemas – governos, fornecedores de tecnologia, atores sociais e parceiros sociais – numa abordagem política unificada que previna mais desigualdades e injustiças.

Fonte: ETUI

Nota: Tradução da responsabilidade do Departamento de ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

A Europa precisa de uma política industrial justa e eficaz para o setor eólico



Imagem com DR

Principais desafios:

Implantação lenta das energias renováveis, em especial da energia eólica

O plano [REPowerEU](#) estabelece um objetivo estratégico: reduzir significativamente a dependência da União Europeia dos combustíveis fósseis russos até 2027. Faz parte integrante desta estratégia um ajustamento do objetivo em matéria de energias renováveis estabelecido no pacote «Fit for 55», de 40 % para 45 %.

(esclarecimento: Fit for 55 é um pacote da União Europeia concebido para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da União Europeia em 55% até 2030. Faz parte da estratégia da União do Acordo Verde Europeu apresentada pela primeira vez em dezembro de 2019. O pacote foi proposto em julho de 2021 pela Comissão Europeia.)

De acordo com os [cálculos da AIE](#)(2022), os atuais níveis de expansão da capacidade solar fotovoltaica e eólica são insuficientes para atingir este objetivo e as adições líquidas anuais médias têm de ser 22 % mais elevadas para a energia solar fotovoltaica e mais do que duplicadas no caso da energia eólica (420 gigawatts (GW), contra os atuais 205 GW).

Estado da arte no setor eólico da UE

O setor eólico é um importante gerador de emprego: de [acordo com o Observatório das Tecnologias de Energia Limpa](#), todo o setor eólico oferece entre 240 000 e 300 000 postos de trabalho diretos e indiretos na UE, dos quais cerca de 45 000 (28 % dos empregos diretos) estão localizados em fabricantes de turbinas e componentes.

As empresas europeias detêm uma quota significativa do mercado mundial de equipamentos eólicos em expansão, mas este valor caiu de 42% em 2020 para 35% em 2022.

Os principais fabricantes da UE são: Vestas, Siemens-Gamesa e Nordex: a empresa hispano-alemã Siemens Gamesa e a dinamarquesa Vestas estão atualmente operando com prejuízo. E enfrentam uma concorrência crescente de empresas chinesas que têm acesso a matérias-primas mais baratas.

Concorrência global feroz

A competência da indústria hipocarbónica é, atualmente, considerada fundamental tanto para estabelecer a resiliência económica como para acelerar a transição verde no contexto de uma constelação geopolítica conflituosa e tensa.

Os principais players globais estão agora em uma corrida sublinhada pelo domínio da China em inúmeras tecnologias verdes e sua intenção estratégica de desenvolver sobrecapacidades em segmentos de mercado cruciais para a expansão internacional.

[Dados da IRENA](#) (2023) indicam que a China voltou a ser responsável por cerca de 48% da nova capacidade global em energias renováveis em 2022. Nesse mesmo ano, acrescentou 141 GW de nova capacidade de geração de energia renovável, enquanto a UE adicionou 57,3 GW e a América do Norte apenas 29,1 GW.

Além disso, as orientações e metas políticas do novo 14.º Plano Quinquenal da China incluem objetivos ambiciosos em matéria de energias renováveis. Na previsão principal, a China deve atingir sua meta de 2030 de 1.200 GW de capacidade total de energia eólica e solar fotovoltaica com cinco anos de antecedência.

Nos Estados Unidos, iniciativas bem-sucedidas de política industrial, como o US Inflation Reduction Act e o Chips Act, combinam objetivos de política verde com objetivos geopolíticos mais amplos de "redução de riscos" da China também representam um desafio adicional para a Europa.

A delicada situação da Europa

A posição delicada da Europa na corrida à liderança em tecnologias hipocarbônicas é claramente visível em [dados recentes](#) sobre o comércio com as principais regiões do mundo.

Dados do Eurostat revelam que o valor dos bens importados da China pela UE quase duplicou entre 2018 e 2022. Em 2022, as exportações de bens da UE para a China pouco mudaram, situando-se em 230 mil milhões de euros, enquanto as importações aumentaram para 626 mil milhões, mais de um quinto do total das importações da UE.

Nos grupos de produtos estratégicos, as importações da UE provenientes da China aumentaram significativamente nos últimos quatro anos, enquanto as importações dos parceiros tradicionais da UE (EUA, Reino Unido/outra Europa da OCDE) diminuíram. Nas máquinas de geração de energia, as importações da China cresceram 8%, enquanto da América do Norte caíram de forma semelhante.

Cadeia de abastecimento eólica em dificuldades

Os custos dos fatores de produção na cadeia de abastecimento eólica europeia aumentaram acentuadamente nos últimos dois anos. Os persistentes estrangulamentos de licenciamento estão a atrasar a implantação eólica, enquanto a má conceção dos leilões em muitos países prejudicou as receitas dos promotores de parques eólicos e dos fabricantes de turbinas.

Os fabricantes e seus fornecedores precisam aumentar a produção e construir novas fábricas. Mas precisam de apoio financeiro e de outras políticas para o fazerem.

Ao mesmo tempo, os fabricantes chineses de turbinas eólicas começam agora a receber encomendas na Europa (como no caso do projeto do Mar Céltico do Reino Unido em 2022). Oferecem turbinas mais baratas e condições de "pagamento diferido", injustamente subsidiadas pelo Estado chinês. Também persistem preocupações sobre a dependência excessiva da China para matérias-primas como as terras raras necessárias para fabricar os poderosos ímãs montados em turbinas eólicas.

Novas iniciativas de política industrial (hipocarbónica)

Os desenvolvimentos recentes nas políticas industriais hipocarbônicas sublinham a evolução do panorama geopolítico e a urgência de combater as alterações climáticas. A UE lançou uma série de medidas de política industrial, como o Plano Industrial Green Deal, [a Lei das Matérias-Primas Críticas](#), um Quadro Temporário de Transição e Crise dos Auxílios

Estatais alterado e a iniciativa «Projetos importantes de interesse europeu comum».

No entanto, a Comissão recuou na ideia de um Fundo de Soberania e, em junho de 2023, apresentou uma versão muito reduzida sob a forma de uma **Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa** (STEP), envolvendo apenas 10 mil milhões de euros em dinheiro fresco.

Reconhecendo os lentos progressos da implantação da energia eólica e a terrível situação do setor eólico europeu, a Comissão Europeia lançou, em outubro de 2023, o seu **pacote de energia** eólica, com o objetivo de acelerar a implantação da energia eólica na Europa e reforçar a competitividade da produção europeia de energia eólica.

Está estruturado em seis pilares principais da ação concertada da Comissão Europeia, dos Estados-Membros e da indústria:

- (i) aceleração da implantação através de uma maior previsibilidade e de um licenciamento mais rápido;
- ii) melhoria da conceção dos leilões;
- iii) acesso ao financiamento;
- iv) criar um ambiente internacional justo e competitivo;
- v) competências, e vi) o envolvimento da indústria e os compromissos dos Estados-Membros.

Fonte: CSI

Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à versão original [Aqui](#).

Publicações ETUI

Competências verdes para sindicalistas: uma abordagem baseada em casos concretos



Imagem com DR

A importância da educação na promoção do desenvolvimento sustentável tem sido amplamente reconhecida pela comunidade educativa internacional.

É crucial para permitir que os indivíduos consigam enfrentar novos desafios, desempenhando assim, um papel vital na consecução do desenvolvimento sustentável.

Proporciona às pessoas os conhecimentos, valores e atitudes necessários para abordar questões emergentes e fundamentais do desenvolvimento sustentável, como as alterações climáticas, o consumo e a produção sustentáveis, a preservação da biodiversidade ou a redução da pobreza.

Os tópicos de desenvolvimento sustentável podem ser ensinados em todos os níveis de ensino, desde o ensino primário até à educação de adultos, seja formal, informal ou não formal.

Cada vez mais organizações sindicais em todo o mundo estão a incorporar a educação para a sustentabilidade nas suas ofertas de formação, desempenhando assim um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável.

No entanto, a questão fundamental permanece: como formar os sindicalistas para promover o desenvolvimento sustentável? Este guia pretende abordar esta questão fundamental.

Nota: Tradução da responsabilidade do Departamento ADS

Aceda à publicação [Aqui](#)

CONTEÚDOS DE REFERÊNCIA NACIONAIS

CNADS

Recomendação para o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), aprovou em 28 de novembro de 2023, por maioria, com 27 votos a favor, a [Recomendação para o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030](#).

No âmbito da revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, produzido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) decidiu, tendo em atenção a temática em causa, constituir um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de se pronunciar sobre o mencionado documento.

Princípios gerais

O CNADS defende a aplicação dos seguintes princípios no desenvolvimento do PNEC:

1. O PNEC tem de ser construído com todos e para todos: sectores económicos, pequenas e grandes empresas, instituições públicas, famílias e organizações não governamentais.
2. O processo de discussão e decisão tem de ser transparente, participado e concertado.
3. A situação presente, quer em termos de ambiente e clima, quer do estado do nosso sistema energético, é preocupante. Teremos, portanto,

de recorrer a uma variedade de ferramentas, escolhendo criteriosamente as mais apropriadas aos diferentes objectivos e sectores.

4. A primeira prioridade das políticas energéticas tem de ser a eficiência energética, transversalmente a todos os sectores. Em particular, deve ser conferida prioridade a medidas passivas e de recuperação.

5. A transição para as energias renováveis, sendo incontornável, deve ser concretizada na medida do necessário, sujeita à melhor relação custo-impactes-eficácia, em todos os sectores.

6. São necessários novos instrumentos económicos para promover a transição energética, já que os existentes são muitas vezes ineficazes ou insuficientes, mas quase sempre desnecessariamente burocráticos. Dados os meios limitados do Estado, é essencial que os meios públicos sejam usados como alavancas eficazes do investimento privado, o que implica um desenho cuidadoso dos diversos instrumentos.

7. Sempre que praticável, devem ser preferidos instrumentos fiscais em relação a instrumentos do tipo aviso/subsídio, porque os primeiros têm a tripla vantagem de ser mais abrangentes, mais transparentes e menos burocráticos.

A política fiscal tem de ter objetivos mais largos do que a mera recolha de receitas para o Estado, e dar sinais claros aos contribuintes e ao mercado no sentido da ação climática, transição energética e coesão social. Em suma, tem de ser uma política coerente, continuada, criando confiança nos cidadãos e nas empresas.

8. A taxa de carbono deve crescer de forma previsível e com significado económico, pois dificilmente se atingirão as metas de redução de outra forma. As receitas obtidas por esta via devem ser reinvestidas na economia e nas famílias, no duplo sentido de promover a redução de emissões poluentes de forma custo-eficaz, e de obter efeitos sócioeconómicos positivos.

9. Por motivos de eficiência, capacidades e interoperabilidade, é essencial fomentar plataformas digitais amigáveis, mas também manter modos de acesso alternativos para segmentos da população sem acesso efetivo a tais plataformas.

10. Será essencial apoiar as autarquias e outros atores locais, sempre que as medidas requeiram acompanhamento de proximidade para serem eficazes. Neste sentido é crucial a criação, a nível nacional, de uma rede municipal de 'balcões de energia' dedicados à literacia energética e à facilitação do acesso aos instrumentos de financiamento.

11. A pobreza energética é uma realidade em Portugal, por isso é crucial a operacionalização de estratégias locais para o seu combate, priorizando medidas de reabilitação dos sistemas ativos e passivos de aquecimento/arrefecimento.

12. Os mecanismos de incentivo devem ter sempre como referência ou critério indicadores de desempenho custo-eficazes, evitando discriminações tecnológicas apriorísticas.

Lacunas significativas

A versão do PNEC analisada sofre de um conjunto significativo de lacunas:

- O PNEC não contém em muitos domínios metas ou indicadores claros (exemplo: metas para o desempenho da qualidade de serviço nos transportes);

- Na generalidade dos domínios o PNEC expressa intenções corretas, mas a definição de orientações e prioridades é insuficiente, e as medidas concretas são inexistentes ou pouco fundamentadas;

- O PNEC não fundamenta opções e critérios de cálculo essenciais, em especial nas previsões da procura e da oferta de energia;

- O PNEC não tem em conta os efeitos da evolução tecnológica, da inovação e dos preços da energia, não considerando a lógica do mercado ou os princípios do poluidor-pagador e utilizador-pagador.

Consequentemente, não são suficientemente explorados os potenciais de poupança já reconhecidos;

- Nos poucos casos em que o PNEC aponta metas claras, falta uma especificação dos meios necessários para alcançar essas metas, ou de demonstração da eficácia desses meios (exemplo: requalificação do parque habitacional à escala nacional).

NOTÍCIAS EM DESTAQUE

Portugal entra em novo projeto europeu de hidrogénio renovável de 6,9 mil milhões

Comissão Europeia autoriza utilização de 6,9 mil milhões de fundos públicos para avançar com projeto de interesse comum na área do hidrogénio renovável. Fusion Fuel e Winpower representam Portugal.

A Comissão Europeia anunciou que será lançado um novo projeto de interesse comum focado na cadeia de valor do hidrogénio, em particular na infraestrutura necessária. Portugal é um dos sete Estados-membros envolvidos e que, em conjunto, vão investir quase 7 mil milhões de euros neste projeto. As empresas Fusion Fuel e a Winpower representam Portugal.

Portugal junta-se a França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Polónia e Eslováquia, num grupo de sete países que irão trabalhar no Hy2Infra, que ganhou o estatuto de Projeto Importante de Interesse Comum Europeu (IPCEI).

Estes Estados-membros irão fornecer até 6,9 mil milhões de euros de fundos públicos, o que se espera que desbloqueie 5,4 mil milhões em investimento privado. “O IPCEI comporta riscos financeiros significativos. Por isso é necessário apoio público, para dar incentivos para as empresas avançarem com investimento”, lê-se num [comunicado](#) publicado na página da Comissão Europeia.

Portugal, à semelhança de outros países, inclui a participação no IPCEI Hy2Infra no respetivo Plano de Recuperação e Resiliência, informa a nota. Sobre a contribuição de cada país, a CE não adianta mais informação, remetendo esses detalhes para uma próxima comunicação, após ter conferenciado com os países e terceiros acerca de potenciais segredos de negócio que eventualmente devam ser ocultados.

A CE diz ter verificado que estes apoios não distorcem a concorrência. Além disso, “se os projetos cobertos pelo IPCEI acabarem por ser muito bem-sucedidos, gerando receitas líquidas extra, as empresas devolverão parte do apoio ao Estado-membro correspondente”, explica a entidade.

Fusion Fuel e Winpower representam Portugal

O Hy2Infra abarca 32 empresas com atividade num ou mais países do bloco, incluindo pequenas e médias empresas. Estes participantes vão desenvolver 33 projetos, que vão cobrir uma “larga parte” da cadeia de valor do hidrogénio.

Em causa está a instalação de 3,2 gigawatts de eletrolisadores de larga escala, equipamentos que servem para produzir hidrogénio renovável.

Em paralelo, projeta-se a construção de 2.700 quilómetros de rede de distribuição de hidrogénio e a aposta em 370 gigawatts-hora de armazenamento. Por fim, está prevista a construção de terminais, em portos, preparados para receber hidrogénio renovável liquefeito.

No caso de Portugal, tem duas representantes na área dos eletrolisadores, a Fusion Fuel e a Winpower. A primeira desenvolveu o seu próprio desenho de eletrolisador, e tem captado financiamento europeu para vários dos seus projetos.

Já a Winpower apresenta-se como uma empresa portuguesa de engenharia com "mais de 30 anos de experiência no setor da energia", estando presente na Europa, África e América. Dá conta de projetos de energia eólica e fotovoltaica até energia térmica.

"Espera-se que os vários projetos sejam implementados no curto prazo", lê-se no comunicado emitido pela Comissão Europeia. Por exemplo, os eletrolisadores de larga escala já deverão estar operacionais entre 2026 e 2028, assim como alguma da rede, prevista para o período entre 2027 e 2029. Todos os projetos deverão estar concluídos em 2029.

O objetivo é dar um impulso no fornecimento de hidrogénio renovável, reduzindo a dependência de gás natural, e ajudando à concretização dos objetivos europeus no âmbito do Pacto Ecológico Europeu e do pacote RePower EU.

IN: Capital Verde

Avanço de energias limpas é imparável, mas insuficiente para o clima



O diretor da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol, destacou o avanço "imparável" das energias limpas, mas alertou que o ritmo para conter as emissões com efeito estufa é insuficiente para a neutralidade carbónica até 2050.

O diretor da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol, destacou o avanço "imparável" das energias limpas, mas alertou que o ritmo para conter as emissões com efeito estufa é insuficiente para a neutralidade carbónica até 2050.

Fatih Birol, que falava na sessão de abertura da reunião ministerial, em Paris, da AIE que comemora o 50º aniversário, sublinhou que a energia limpa está a avançar "mais rápido do que muitas pessoas acreditam".

O responsável da AIE recordou que em 2001 o peso da energia eólica e solar na produção mundial de eletricidade era de 0,25%, quando em três anos o seu peso relativo atingirá os 25%.

"É um crescimento enorme", assinalou, acrescentado que o impulso para a eletricidade renovável, mas também o arranque da venda de veículos elétricos, tem impacto na procura global de combustíveis fósseis, que, segundo os seus cálculos, atingirá o pico antes do final desta década.

O diretor da AIE apelou a que os países evitem abrandar ou suspender as políticas de incentivo às energias limpas, argumentando que perderiam a oportunidade de negócio que está a ser criada.

Para Birol, até 2030 deve haver um aumento massivo de tecnologias limpas, que incluem energia solar e eólica, carros elétricos ou energia nuclear para os países que optarem por isso.

Ainda assim, alertou que mesmo havendo um forte impulso para estas soluções, não será suficiente para alcançar a neutralidade carbónica até meados do século, porque haverá em 2030 tecnologias que atualmente não estão maduras do ponto de vista técnico ou económico.

A reunião do 50º aniversário da agência, que decorre até quarta-feira, é co-presidida pela Irlanda e França e conta com a participação de 31 ministros de países membros e outros parceiros, como Colômbia, Costa Rica, Egito, Quênia, Senegal, Singapura e Ucrânia.

Entre os convidados especiais estão a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o enviado para o clima dos Estados Unidos, John Kerry, e a ex-presidente da Irlanda, Mary Robinson.

Tópicos: [Energia](#)[Energia Renovável](#)

IN: LUSA

Portugal saúda consenso sobre o clima alcançado na COP28



Imagem com DR - Primeiro-ministro António Costa na COP28, com o ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro, e a secretária de Estado da Energia e Clima, Ana Fontoura Gouveia

Mensagem oficial do Ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro, sobre a COP 28

A COP 28, a cimeira global do clima que esteve reunida no Dubai, terminou com um consenso sobre as próximas etapas, à escala global, para a preservação do planeta.

Portugal destacou-se em várias frentes: figurámos nos países com classificação elevada no Climate Change Performance Índex e fazemos parte das alianças internacionais mais ambiciosas. Somos também uma referência no financiamento a países em desenvolvimento, em especial com o programa de troca da dívida de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe por financiamento climático nesses países. Tivemos, pela primeira vez, um pavilhão, que foi reconhecido como um dos melhores desta COP.

O Ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro, resume as conclusões e o papel de Portugal:

"A COP começou bem e acabou bem com a aprovação, por consenso, do primeiro Global Stocktake desde o acordo de Paris, mostrando que o multilateralismo funciona.

Esta COP tem uma importância especial porque corresponde ao primeiro balanço (First global stocktake) desde o Acordo de Paris. Teria de assumir compromissos relevantes de redução de emissões dentro desta década e materializar o fundo de perdas e danos junto dos países mais afetados pelas alterações climáticas.

Durante a noite, a Presidência da COP desenvolveu negociações com as várias partes e o texto hoje apresentado representa uma mudança com melhorias significativas.

No capítulo da mitigação foi reintroduzida a linguagem de Glasgow quanto ao apelo à ação. É assumido que a redução de emissões na próxima década é fundamental. Pela primeira vez numa COP, e isso é histórico, aparece explicitamente referência a todos os combustíveis fósseis. Foi incluída a proposta da UE de triplicar as renováveis e duplicar a eficiência energética.

Aparece, de forma clara, o afastamento dos fósseis na produção de energia com vista a alcançar a neutralidade carbónica em 2050 e dentro do que a ciência nos diz ser necessário. Foram aceites tecnologias de captura de carbono apenas em setores onde não há alternativas de renováveis ou de baixo carbono. Aparece o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, com a única exceção para as políticas de combate à pobreza. Assume-se a necessidade de redução de centrais a carvão para as quais não há possibilidade de capturar as suas emissões. O gás é visto como necessário para a segurança energética.

Temos igualmente referências importantes sobre os oceanos, onde se reconhece a importância do restauro dos ecossistemas marinhos e das ações de mitigação e adaptação marinhas, reforçando onexo Oceano-Clima.

Na segunda-feira, ficámos preocupados com a primeira proposta de declaração. Se, por um lado, reconhecia o que a ciência nos transmite e que precisamos de uma correção de trajetória para mantermos, dentro do nosso alcance, o limite do aumento global de temperatura a 1,5º, que precisamos de atingir o pico global de emissões até 2025 e de reduzir as emissões em 43% até 2030, por outro lado, não tinha, na redução das emissões, os compromissos e a força suficiente para corresponder a esses objetivos essenciais ao planeta.

Na parte da mitigação (redução de emissões), colocava aos países apenas a possibilidade de seguir algumas opções de redução de emissões e políticas energéticas, sem menções e compromissos claros quanto à redução e eliminação de combustíveis fósseis.

A UE reagiu de forma unida, rejeitando a proposta, e procurou estabelecer alianças com várias partes que também reagiram negativamente, com destaque para os EUA, os pequenos Estados Insulares, a Austrália ou o Brasil. Portugal participou ativamente a apoiar as equipas negociais da UE sobre a mitigação e a estabelecer pontes entre a UE e o Brasil que, por sua vez, exerceu um papel relevante junto da China.

Portugal orgulha-se de ser exemplo na ambição e ação climática: figurámos nos países com classificação elevada no Climate Change Performance Index e fazemos parte das alianças internacionais mais ambiciosas. Somos também uma referência no financiamento a países em desenvolvimento, em especial com o programa de troca da dívida de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe por financiamento climático nesses países. Tivemos, pela primeira vez, um pavilhão que foi reconhecido como um dos melhores desta COP".

IN:Portal do Governo

Publicação com o Apoio de:



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by
mari

 [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

